

De Viseu a Santiago de Compostela. Contributo para o estudo toponímico do Caminho Português do Interior

Carlos Rocha

Centro de Linguística, Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0001-5861-6703

Alice Fernandes

Universidade do Algarve

ORCID: 0000-0001-6619-3034

Esperança Cardeira

Centro de Linguística, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0003-4700-9830

Resumo: Em Portugal, a peregrinação a Santiago de Compostela tem longa tradição e diversidade, não só pelos muitos caminhos existentes, mas também pelo facto de Portugal ser território de passagem para quem vinha de regiões sul-leonesas, estremenas e andaluzas. O leque de itinerários é, portanto, diversificado, conforme sublinham investigadores como H. Baquero Moreno (1986), José Marques (1992 e 2006) e A. M. Ribeiro da Cunha e M. Manuela Neves Alves (1991 e 1992). Nas últimas décadas, visando dinamizar a cultura regional e encontrar formas de cooperação transfronteiriça, revitalizam-se os velhos caminhos jacobeus, estimulando o interesse pela história e a cultura locais. A presente comunicação constitui um contributo para o estudo toponímico de um desses

Abstract: The pilgrimage to Santiago de Compostela enjoys a longstanding tradition and diversity in Portugal, not only because of the many routes in existence but also because Portuguese territory represented a crossroad for those who came from southern León as well as from Extremadura and Andalusia. An array of itineraries has therefore been available, as researchers such as H. Baquero Moreno (1986), José Marques (2006), A. M. Ribeiro da Cunha and M. Manuela Neves Alves (1991 and 1992) and others have pointed out. In recent decades, old pilgrimage routes have been recovered in order to promote local history and forms of cross-border co-operation. This paper proposes an additional study on the toponymy of one of these itineraries,

* Trabalho realizado no âmbito do projeto de I+D+I *Toponimia de Galicia e Portugal* (PID2020-114216RB-C61), integrado no projeto *Toponomasticon Hispaniae*, financiado pelo MCIN/ AEI/10.13039/501100011033/.

trajetos, o chamado Caminho Português do Interior para Santiago de Compostela. Para tanto, analisa-se etimologicamente uma seleção de nomes de povoações compreendidas entre Viseu e Chaves, identificadas nos trabalhos de Cunha e Alves (1991-1992) e Fernandes (2018). Apresenta-se também a distribuição diacrónica dos topónimos recolhidos, por estratos, no contexto da história linguística de Portugal continental e das regiões peninsulares vizinhas.

Palavras chave: Caminho Português Interior de Santiago, peregrinação, topónimos, etimologia, estratos.

namely the Portuguese Inland Way to Santiago de Compostela, by analysing a selection of toponyms scattered between Viseu and Chaves. The diachronic stratigraphic distribution of these place names, as identified by Cunha and Alves (1991-1992) and Fernandes (2008), are herewith presented in the context of the overall history of mainland Portugal and neighbouring Iberian regions.

Key words: Portuguese Inland Way to Santiago de Compostela, place names, etymology, stratum.

INTRODUÇÃO

Sentou-se numa pedra, que os pés doíam e a sede apertava. Saíra de Coimbra, de manhã, e seguia agora pelos campos de Tamengos. Meses antes, ainda pensara ir por Viseu, depois por Lamego, cruzando o Douro até Chaves e Verim, mas por aí a caminhada era árdua, entre serras, e faltava-lhe a força de antigamente. Escolheu, por isso, os itinerários mais frequentados, os que levavam ao Porto e daí continuavam por Contrasta (agora Valença) e Tui.

Estava, portanto, sentada, visivelmente esgotada e sequiosa. Uma rapariguinha que por ali andava passou-lhe um púcaro, mas quem, entretanto, também se tinha aproximado por curiosidade da peregrina, dava o alarme: a água “era de péssima qualidade tanto para a gente, como para o gado que dela bebia”. Sem agradecer, a velha provou e deu o seu veredicto: “Certo má”, disse, recuperando a altivez. E assim surgiu, reza a lenda, o nome do rio Cértoma ou Cértima, um dos muito cruzados pelos não menos numerosos caminhos de Santiago em Portugal.

O episódio é contado por Pinho Leal, que o dá como lenda no seu *Portugal Antigo e Moderno* (1874, p. 253), para depois propor uma etimologia sem grande fundamento.¹ É também uma história que faz eco das peregrinações reais portuguesas, mais concretamente a da rainha Isabel de Aragão (a Rainha Santa),² pretexto para falar dos percursos que, em Portugal, levam a Santiago de Compostela. Contudo, a verdade é que são muitos, e o aqui abordado —o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS)— não parece ter sido frequentado por reis nem rainhas.

É de realçar que, nos últimos 25 anos, os Caminhos Portugueses de Santiago têm adquirido uma enorme popularidade, refletida, por exemplo, no incremento da publicação de guias para peregrinos ou simples turistas. Há atualmente vários caminhos organizados, com sinalização e uma rede de albergues, na sua maioria evocativos da Idade Média. Não obstante, a ideia de que os caminhos medievais foram definidos com precisão e que hoje é simples retomá-los no traçado pode revelar-se ilusória, pois não será improvável que há 700 anos quem partisse do Porto, de Viseu, de Coimbra, de Lisboa ou até de Beja e Faro, encontrasse várias maneiras de se dirigir à Galiza e chegar a Santiago. Na verdade, se todos os caminhos vão a Roma, acontece que, em Portugal, todos os caminhos também vão dar a Santiago de Compostela.

Tal é o contexto do presente trabalho, que visa dar um contributo para o estudo toponomástico do CPIS e das regiões por ele atravessadas. Para tanto, selecionam-se topónimos correspondentes a localidades que se situam no CPIS e que, segundo Paulo Almeida Fernandes (2018, pp. 115-148) e Arlindo M. Ribeiro da Cunha com M.^a Manuela Neves Alves (1991 e 1992), têm santuários com Santiago por orago ou evidenciam o nome *Santiago/São Tiago* na sua toponímia menor, por exemplo, em arruamentos. A seleção abrange ainda nomes relacionados com São Gonçalo, cujo culto substituiu por vezes o de Santiago em alguns pontos do norte de Portugal. Trata-se, portanto, de onze topónimos:

- 1 Pinho Leal atribui *Cértoma* (hoje é mais corrente *Cértima*) ao estrato árabe, de *sára* 'andar' e *témma* 'af', elementos cuja associação o autor parafraseia como "caminha/vai para af". Não é aqui possível rebater cabalmente a explicação de Pinho Leal, a qual, como a lenda, tem o seu quê de fantasioso, pois a configuração do topónimo sugere uma origem pré-latina, e não arábica. Não obstante, a lenda e a proposta etimológica à volta de *Cértoma* têm o interesse de convergir com a temática deste trabalho, a dos caminhos para Santiago de Compostela.
- 2 Isabel de Aragão (1271-1336), rainha de Portugal pelo casamento com D. Dinis (1261-1325), fez duas vezes peregrinação a Santiago de Compostela. A primeira vez em 1325, após a morte de D. Dinis; a segunda em 1335, ano de jubileu (Lopes 2020, p. 66). Sobre a rainha D. Isabel de Aragão, como peregrina de Santiago de Compostela, veja-se Moreno (2001) e Macedo (2004).

Viseu, Vila Meã, Baltar de Cima, Moura Morta, Magueija, São Gonçalo, Folhadela —com Vila Nova de Cima—, Oura, Redial e Vilarelho da Raia. A exposição articula-se em três partes: primeiramente, faz-se um breve enquadramento institucional do CPIS; na segunda secção, dá-se conta da variação entre as formas *Santiago* e *São Tiago* e da sua distribuição no território de Portugal continental; na terceira parte, comenta-se a etimologia dos onze topónimos seleccionados.

1. DE VISEU A CHAVES E ATÉ SANTIAGO: O ENQUADRAMENTO OFICIAL DE UM TRAJETO

A par do Caminho Central, com importante tradição, e do Caminho da Costa, destaca-se hoje igualmente o Caminho Português Interior de Santiago, que é, oficialmente, uma criação recente. Com efeito, foi certificado como itinerário do Caminho de Santiago pela Portaria n.º 457/2021, de 19 de outubro (*Diário da República*. 203, parte C, pp. 14 e 15),³ nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril. Neste documento, a certificação em apreço é justificada de forma perentória (p. 14):

O Caminho Português de Santiago Interior [sic], com 214 km de extensão, atravessa os municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. O itinerário implanta-se num corredor de circulação natural, utilizado durante a época romana e ao longo da Idade Média como eixo inter-regional de primeira grandeza. A definição do itinerário é apoiada em estudos publicados, trabalho de campo e pesquisa documental, incluindo levantamentos do património cultural material e imaterial associado à peregrinação e culto jacobeu, onde se destacam as 24 igrejas ou capelas com orago São Tiago e os cinco albergues e hospitais históricos.

O traçado do caminho, apresentado na referida portaria e reproduzido no mapa 1, estrutura a secção que é dedicada ao CPIS em Fernandes (2018, pp. 115-148).

O CPIS apresenta-se, não obstante, como o resultado de uma seleção de uma profusão de itinerários. Como revelam Cunha e Alves (1992, p. 38), “em Portugal, não há o que possa chamar-se um Caminho de Santiago; houve, sim,

3 Disponível em <https://files.dre.pt/2s/2021/10/203000000/0001400015.pdf>

Quadro 1. Freguesias e concelhos atravessados pelo CPIS

Concelho	freguesia/união de freguesias
Viseu	Boa Aldeia, Farminhão, Torredeita São Cipriano e Vil de Souto Repeses e São Salvador Viseu Abraveses Campo Lordosa Calde
Castro Daire	Moledo Mões Mamouros, Alva e Ribolhos Castro Daire Moura Morta e Mezio
Lamego	Bigorne, Magueija e Pretarouca Penude Lamego Sande
Lamego, Vila Real	Cambres, Valdigem, Peso da Régua
Régua	Peso da Régua e Godim
Santa Marta de Penaguião	Santa Marta de Penaguião Sever Cumeeira
Vila Real	Parada de Cunhos Vila Real Borbela e Lamas de Olo Adoufe e Vilarinho de Samardá
Vila Pouca de Aguiar	Telões Soutelo de Aguiar Vila Pouca de Aguiar Bornes de Aguiar Sabroso de Aguiar

figurar nos PMH Leges com a forma *Orio*, que o editor interpreta interrogativamente como “O Rio”. Refira-se que a carta de foral está datada de 1253 nos PLM Leges, e não de 1255, como Silveira (1937, p. 131) indica.

Concelho	freguesia/união de freguesias
Chaves	Oura Vidago Valverde Vilela do Tâmega São Pedro de Agostém Outeiro Jusão Chaves Outeiro Seco Vilarelho da Raia

Fontes: visualizador do IGP, OpenStreetMap, mapas dos artigos da Wikipédia respeitantes aos concelhos acima indicados

Quadro 2 – Freguesias no CPIS com foral atribuído entre os séculos XI e XIII

Localidade	ano
Viseu	1123, 1187
Santa Marta da Montanha (Vila Pouca de Aguiar)	1202
Parada de Ester (Castro Daire)	1202
Valdigem (Lamego)	1182
Aguiar de Pena (Vila Pouca de Aguiar)	1220
Campo de Jales (Vila Pouca de Aguiar)	1213
Carvelas (Vila Real)	1223
Ceides (Vila Real)	1217
Justes (Vila Real)	1222
Mós de Parada (Castro Daire)	1241
Chaves (Chaves)	1258
Nozede (Vila Pouca de Aguiar)	1257
Vila Real (Vila Real)	1272
Monforte do Rio Livre (Chaves)	1273

2. O HAGIOTOPÓNIMO *SANTIAGO/SÃO TIAGO* NA TOPONÍMIA DE PORTUGAL CONTINENTAL

Sobre a presença da forma *Santiago* como hagiotopónimo em Portugal, avulta a tese exposta por Cunha e Alves (1991, p. 52), a qual pode resumir-se na seguinte passagem:

A partir [...] da descoberta do túmulo do Apóstolo na Galiza e, sobretudo, de a peregrinação se ter implementado, começaram a surgir em muitos lugares paróquias e capelas dedicadas a Santiago. Uma análise sumária da sua localização leva-nos à conclusão imediata de que todas se situam em lugares de passagem destes antigos caminhos, de origem romana ou não. A devoção a Santiago surgiu, portanto, não como uma devoção de substituição, sucedânea de antigos cultos pagãos, que tivesse conservado os velhos lugares religiosos; os lugares do culto jacobeu nunca se situam de facto no alto dos montes, mas sempre em lugares de passagem normal.⁶

E em relação a Trás-os-Montes, os mesmos autores sublinham ainda:

Espalhadas por todo o território transmontano, há inúmeras referências a Santiago, explícitas umas, implícitas outras, toponímicas, monumentais, culturais, assistenciais ou doutra ordem. Entre todas elas, há uma ligação real que só se entende se estudados os caminhos medievais da província: porque todas elas são memórias documentais do trânsito de peregrinos compostelanos.

É de notar que, do ponto de vista onomástico, a forma Santiago não é a única possível no português contemporâneo. Com efeito, recomenda-se *Santiago* quando se trata de nomes de lugar (topónimos),⁷ o que não quer dizer que, por tradição ou por registo oficial, não haja casos em que prevaleceu a grafia *São Tiago*.

6 Segundo Cunha (2007, pp. 77), data de 899 a mais antiga referência à presença, em Santiago de Compostela, de pessoas (bispos) provenientes do território a sul do Minho.

7 Em Portugal, *Santiago* é grafia correta na toponímia, conforme se indicação do ponto 1, c), da Base XVIII do Acordo Ortográfico de 1990 (sublinhado nosso): «c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiolégio [lista de santos], quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *Sant'Ana*, *Sant'Iago*, etc. É, pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana*. *Rua de Sant'Ana*; *culto de Sant'Iago*, *Ordem de Sant'Iago*. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: *Fulano de Santana*, *ilhéu de Santana*, *Santana de Parnaíba*; *Fulano de Santiago*, *ilha de Santiago*, *Santiago do Cacém*. Em paralelo com a grafia *Sant'Ana* e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nuni'Álvares*, *Pedr'Eanes*. Assinale-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: *Santa Ana*, *Nuno Álvares*, *Pedro Álvares*, etc.» Note-se que estes parágrafos mantêm praticamente inalterado o disposto na norma anterior, a Convenção Ortográfica de 1945 (Base

No contexto da toponímia, *Santiago* é a forma que o hagiónimo *Sant'Iago* ou *Santo Iago* assume. Quanto à forma *São Tiago*, de carácter mais popular, os acordos ortográficos são omissos sem surpresa, visto a diferença entre *Santiago* e *São Tiago* dizer respeito a questões de variação fonética e segmentação de unidades morfológicas.

Na toponímia de Portugal continental, as formas *Santiago* e *São Tiago* ocorrem em topónimos simples e compostos. A consulta do vocabulário toponímico associado ao *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (Instituto Internacional da Língua Portuguesa) faculta uma maioria de entradas simples ou compostas com a forma aglutinada *Santiago* (28 resultados), enquanto *São Tiago*, relativa à localidade assim chamada no estado Minas Gerais, no Brasil, conta com uma só ocorrência. A análise do RTP (1967), por seu lado, mediante a extração de registos com o NOTVS (2002), um programa de georreferenciação toponímica, permite identificar 171 topónimos, que se repartem por ocorrências simples de *Santiago/São Tiago* ou em estruturas de composição: 44 topónimos com a forma simples *Santiago* e 40 com a forma *São Tiago*.

No passado, é provável que *Sant'Iago/São Tiago* tivesse maior presença. Cunha (2007, p. 95) anota vários casos de mudança na invocação;⁸ e Cunha e Alves (1991, p. 56) assinalam que, associados à peregrinação jacobea, se desenvolveram cultos paralelos, entre os quais se destaca o de São Gonçalo, a par dos

XXXVIII). Acrescente-se também que o *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa* (1947, p. 270), de Rebelo Gonçalves, era mais claro quanto a vincular a grafia *Santiago* à escrita de topónimos: «[...] as ligações *Sant'Ana* e *Sant'Iago* [...], empregadas como apelidos de família, como topónimos e como elementos de compostos onomásticos, se escrevem *Santana* e *Santiago*, por serem nesses casos unidades mórficas: F. de Santana, ilhéu de Santana, Santana da serra, Santana do Parnaíba; F. de Santiago, Estrada de Santiago, ilha de Santiago, Santiago de Compostela, Santiago do Cacém, Vale de Santiago.» No *Tratado...* (1947, p. 270), Rebelo Gonçalves é, mais uma vez, explícito quanto à questão, pois, ao considerar que, em referência a santos, se pode escrever quer *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, quer *Santa Ana* e *Santo Iago*, anota a exclusão da forma *São Tiago*, que classifica como um caso de deglutição, isto é, de reanálise de *Sant'Iago* como “São Tiago”, sequência da qual procede o antropónimo *Tiago*. Esta forma popularizou-se no mundo de língua portuguesa e legitimou-se, praticamente suplantando a forma vernácula mais antiga, *Iago*, forma galego-portuguesa (e castelhana) de *Jacob*.

- 8 Muitas paróquias jacobéias mudaram mesmo de invocação: Castelões, Vale de Cambra (de Santiago para O Salvador), Corujeira, Guarda (de Santiago para Nossa senhora das Neves), Murça (de Santiago para Santa Maria), Torre de Moncorvo (de Santiago para nossa senhora da Assunção), Oliveira, Póvoa de Lanhoso (de Santiago para São Cristóvão, tendo embora retornado à invocação jacobea), Ourozinho [*sic*], Penedono (terá balancado no séc. passado entre Santiago e Nossa Senhora da Assunção), Vila Meã, Vila Nova de Cerveira (terá passado da invocação de São Paio para a de Santiago, tendo entretanto voltado à primitiva). O mesmo aconteceu a algumas ermidas, primitivamente de Santiago: Entre-os-Rios (de Santiago para São Francisco), Carvalhais (Morgade, Montalegre: de Santiago para Senhora da Saúde), Sobradelo (Pinho, Boticas: de Santiago para Santo André), Vila Meã (Bornes, Vila Pouca de Aguiar: de Santiago para Santíssima Trindade) (Cunha 2007, p. 95).

de São Cristóvão, São Roque e São Jorge (este terá mesmo substituído Santiago depois da crise dinástica de 1383-1385; Cunha e Alves 1991, p. 56).

O mapa 2 mostra que a distribuição geográfica do hagiotopónimo *São Gonçalo* se concentra a norte do vale do rio Douro, com maior densidade no interior do distrito do Porto, no norte do distrito de Viseu e no sul do de Vila Real, ou seja, à volta de Amarante, cidade com a qual o santo é associado: São Gonçalo de Amarante.



Mapa 2. A cartografia do hagiotopónimo *São Gonçalo*. Fonte: Programa NOTVS (Silva e Fernandes 2002) e RTP-C

Estes dados vão ao encontro de Cunha e Alves (1991, p. 55, n. 15), que destacam a região da Régua/Vila Real/Chaves como “de longe aquela em que a devoção a São Gonçalo está mais implementada”. A questão de como se distribui em Portugal o hagiotopónimo *Santiago/São Tiago* e a de como a sua cartografia contrasta ou não com a de outros hagiotopónimos portugueses terá de ser objeto de considerações num outro trabalho.

3. DEZ TOPÓNIMOS DO CPIS: COMENTÁRIOS ETIMOLÓGICOS

Com base em Fernandes (2018) e Cunha e Alves (1991-1992), selecionaram-se os topónimos correspondentes a localidades onde existem santuários dedicados a Santiago ou hagiónimos associados à toponímia menor (arruamentos). Identificaram-se assim onze topónimos entre os que marcam etapas ou pontos de passagem no CPIS: *Viseu*, *Vila Meã*, *Baltar de Cima*, *Moura Morta*, *Magueija*, *São Gonçalo*, *Folhadela* (com *Vila Nova de Cima*), *Oura*, *Redial* e *Vilarelho da Raia*. Cada topónimo é objeto de um comentário que inclui, conforme a informação do Google Maps (2020), as coordenadas geográficas do santuário ou lugar de referência jacobea associado a cada um destes topónimos. A ordem por que são apresentados os artigos é geográfica, na direção sul-norte.

3.1. *Viseu* (Viseu)

Igreja de São Tiago – coordenadas: 40.672504, -7.902689

*VISSAIUM (Fernandes, Carvalho e Figueira 2009)⁹
Viseo (Paroquial Suévico, David 1947, p. 37)
Véseo (numismática do século VII, Vasconcelos 1926, p. 329)¹⁰
Viseo 926 (PMH Dipl. 29)¹¹

De *VISSAIUM, forma inferida de *Vissaieigobor*, forma incluída na epígrafe da ara votiva descoberta em Viseu, em 2009, e datada de meados ou da segunda metade do século I d. C., conforme defendem Fernandes, Carvalho e Figueira (2009, p. 149), que propõem a seguinte interpretação da inscrição:

Deibabor / igo / Deibobor / Vissaieigo/bor / Albinus / Chaerae / f(ilius) / u(otum)
s(oluit) l(ibens) m(erito).
Às deusas e deuses viseicos. Albino, filho de Quéreas, cumpriu o voto de bom grado e merecidamente

9 Ou **Visaio-*, conforme apresenta Búa (2018, p. 93).

10 Também citado por Machado 2003.

11 Também citado por Machado 2003.

A sequência *Deibabor igo Deibobor Vissaieigobor*, marcando o destinatário do ex-voto, corresponde a um sintagma na forma de dativo de uma língua indígena indo-europeia não latina. O morfema *-bor* é claramente não latino e variante ou cognato da desinência *-bo* de outras epígrafes da área galaico-lutina e de *-bos* do celibérico (Fernandes, Carvalho e Figueira 2009, p. 149; ver também Búa 2018, p. 69).

O significado de *VISSAIUM é obscuro, mas Búa (2018, p. 93) inclui-o numa série definida pelo elemento *visai-*, que abrange hidrónimos como *Visuña*, afluente do Sil (Folgo do Courel), *Besaña* e *Beseña*, ambos afluentes do rio Ulla (A Corunha), *Vesga*, afluente do Ebro (em Burgos), entre outros. Os casos de *Visuña* (ou *Vesuña*) e de *Besaña* são relacionados por Bascuas (2006, p. 60) com a raiz **weis-* ‘fluir, inundar’. Poderá, portanto, supor-se que *Viseu* remonta a um apelativo de referência hídrica. Contudo, em Vaz (2011), em nota dedicada à epígrafe, propõe que *vissaiei-* constitua um etnónimo. São propostas que sugere outras perguntas que aqui ficam por responder, pois nas fontes consultadas faltam elementos mais esclarecedores e decisivos.

3.2. Vila Meã (Castro Daire)

Rua de Santiago – coordenadas: 40.816948, -7.865815

Sem atestação nas fontes consultadas quanto a este caso preciso.¹²

Trata-se de um topónimo composto com origem em VILLA MEDIANA, cujos cognatos toponímicos são frequentes tanto em Portugal como na Galiza, como ainda noutras regiões da Península. No CPIS, o topónimo repete-se no concelho de Chaves, junto à fronteira. Machado (2003 s. v. *Meã*) atribui ao adjetivo o significado de ‘que ocupa o meio, em posição intermediária, que não é grande nem pequeno’.

O significado de *meã* pode ser ambíguo, pois tanto pode referir-se à dimensão da povoação (cf. Sampaio 1979: 62) como à sua posição geográfica relativa (‘o que está no meio’; cf. Coromines e Pascual 2012 e Seco 2008). Casos como o da localidade denominada *Vila Meã*, cuja adjetivação parece alusiva à

12 Contudo, é a forma com que outros topónimos do distrito de Viseu ocorrem na documentação medieval. Por exemplo, na freguesia de Povolide, na parte oriental do concelho de Viseu: *in Villa Mediana* 1207 (Ventura e Matos 2010, p. 219).

localização entre o Porto e Gondomar (cf. Meira 2016: 25), dão prioridade à segunda interpretação. Acresce que *meã* pode ainda representar o resultado do nome (antropónimo) latino MEDIANUS, conforme sugere Ares Vázquez (2011, s. v. *Vila Meã*) em relação aos muitos exemplos galegos com a forma *Vila Meã* ou *Vila Meán*. Contudo, os nomes do tipo de VILLA AEMILIA, em que AEMILIA alude ao antropónimo AEMILIUS, são bastante antigos em latim, mas não deixaram exemplos claros na toponímia romance (Piel 1947, p. 147), pelo que o mais provável é que a *Vila Meã* do concelho de Castro Daire, como outros casos, seja um topónimo de génese descritiva, de significação ambígua, em referência à posição intermédia de um lugar no trajeto que liga outros dois lugares.

3.3. *Baltar de Cima* (Castro Daire)

Capela e rua de São Tiago – coordenadas: 40.910682, -7.912623

Baltar 883 (PMH Dipl., 7).¹³

É um antropotopónimo com origem no genitivo de posse BALTARII, de BALTARIUS, antropónimo de origem gótica composto pelos elementos *BALĪ- ‘audaz’ e -HARJIS ‘exército’, convergindo este último com o sufixo latino -ARIUS (Piel 1933-1940, § 109 e Piel e Kremer 1977, p. 95; Boullón 1999, p. 149). Em Portugal, *Baltar* repete-se nos concelhos de Felgueiras, Guimarães, Paredes e Paredes de Coura (Machado 2003; ver também GEPB).

O caso geral BALTARIU- sob a forma *Balteiro* é também nome de uma localidade no CPIS, no concelho de Castro Daire (freguesia de Moledo), bem como o de outras dispersas pelo norte de Portugal.¹⁴

13 É atestação que Machado (2003 s.v. *Baltar*) retira dos PMH Dipl. e que é suscetível de identificação com a localidade em apreço. Outra atestação com a forma *Baltar*, datada de 1087 (PMH Dipl., 415 *apud* Machado 2003), poderá ser também referente à mesma localidade. Segue-se a localização destes nomes de lugar conforme indica o RTP: *Baltari* 1059 (PMH Dipl: 258), talvez na freguesia de Oleiros, no concelho de Vila Verde, no distrito do Braga; *Baltar* [1121-1128] (DMP I, 72); e *Baltare* 1258 (PMH Inq., 573 e 575), que corresponde a Baltar, freguesia do concelho de Paredes, no distrito do Porto.

14 De acordo com o RTP e visualizador CIGeoE-SIG, a forma *Balteiro* ocorre como topónimo nos seguintes concelhos: Viana do Castelo (união de freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda), Ribeira de Pena (união de freguesias de Ribeira de Pena-Salvador e Santo Aleixo de Além-Tâmega); Vila Nova de Gaia (freguesia de Vilar de Andorinho); Vila Nova de Poiares (freguesia da Arrifana); Lousada (freguesia de Sousela e união de freguesias de Lustosa e Barrosas), Santa Maria da Feira (união de freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo), Armamar (freguesia de Fontelo).

3.4. *Moura Morta* (Castro Daire)

Capela de Santiago – coordenadas: 40.950033, -7.912407

de villa de Maura Morta, de Moura Morta 1258 (PMH Inq. 1936, 941 e 942).¹⁵

Moura Morta ocorre como topónimo nos concelhos de Castro Daire e de Peso da Régua. Poderá explicar-se por uma hipotética lenda local (Machado 2003), enquadrável nas muitas histórias populares sobre mouras e mouros (encantados ou não).¹⁶ Encontra, portanto, paralelo em *Mouromorto* (Teo, A Corunha e Palas de Rei, Lugo; Nomen. Gal.), topónimo da Galiza que Ares Vázquez (2011-2013, p. 918) interpreta como versão do latim MAURUS MORTUUS, expressão alusiva a um enterramento castrejo, mas alterada pela associação às lendas de mouros mitológicos também frequentes na Galiza, como a etnografia e antropologia galegas têm realçado. Martínez Lema (2010, p. 327 e 329, n. 244) observa que *Moura Morta* e *Mouro Morto* correspondem a lugares onde existem ou se destacam penedos e, em referência a este aspeto, estes topónimos

15 Machado (2003) recolhe *Maura Morta*, de 1258 (PMH Inq., 498), mas trata-se de nome associado à povoação que existiu na Idade Média na freguesia de Nogueira, no concelho da Maia, e atualmente desaparecida, pelo menos, a avaliar pela ausência de registos nas fontes consultadas.

16 Na página da União de Freguesias de Mezio e Moura Morta regista-se a seguinte explicação lendária do topónimo: “A tradição popular gosta de fundamentar a origem do topónimo Moura Morta numa lenda, assim contada por um natural desta terra: ‘Uma moura dirigia-se ao povoado, que na altura, se chamava Mazes, e encontrou uns rapazes que, sentados à sombra, impediram a sua passagem, já que havia luta entre cristãos e não-cristãos, e bateram-lhe. Ela caiu, morreu e foi aí que nasceu o nome Moura Morta’” (“História de Moura Morta”, disponível em <https://www.uf-meziomouramorta.pt/index.php/conhecer-a-uniao-das-freguesia/historia-de-moura-morta>. Assinale-se que a antiga freguesia de Moura Morta está desde 2013 unida à de Mezio, topónimo que tem origem no latim *НОМІСІДІУ*-, termo que se aplicava a locais onde se refugiavam os culpados de homicídio (Vasconcelos 1931, pp. 427-428; Fernandes 1999, p. 424). Pode, portanto, supor-se que, mesmo que a origem do topónimo *Moura Morta* nada tenha que ver com a noção de ‘morte’, o seu significado literal foi condicionado pela memória cultural da região, situada na serra de Montemuro, cujo nome tem configuração fonética sugestiva de associações referenciais a edificações antigas e mouros míticos ou históricos. Ainda no concelho de Castro Daire e, portanto, na mesma região, encontra-se o topónimo *Mamouros* que, na Idade Média se atesta como São Miguel de Doma-Mouros (Silveira 1913, pp. 157-158), parecendo, portanto, evocar os mouros históricos, tal como acontece com o nome *Sant’Iago Mata-Mouros*. Quanto a *Moura Morta* no concelho de Peso da Régua, lê-se na página da União de Freguesias de Vinhós e Moura Morta: “Diz-se que o nome desta freguesia derivou da lenda de uma princesa moura, assassinada neste lugar pelos Templários, por se recusar a negar a sua fé e abraçar a fé cristã” (Município da Régua, disponível em <https://www.cm-pesoregua.pt/pages/608>. Não é de excluir que estes casos de *Mouramorta* se enquadrem nos que Riesco Chueca (2018, pp. 885-886) denomina como *folktopónimos*, os quais se caracterizam pela associação a um relato explicativo e, maioritariamente, pela estrutura verbo + substantivo, embora também ocorram sob outras formas, como seja a de adjetivo + substantivo (*Pocotriço*, *Pocoprovecho*), com a qual *Moura Morta*, formado com um particípio passado adjetival, parece coincidir.

evidenciam a raiz pré-latina **mor*/**mur*, ‘monte, elevação rochosa’,¹⁷ sem prejuízo de posteriores reanálises, em diferentes quadros linguísticos, incluindo o latino-romance.¹⁸

A associação de *morto* também ocorre em topónimos como *Boi Morto* e *Boimorto*, localizados em Portugal e na Galiza. Esta forma ocorre igualmente nas Astúrias, onde se regista o caso de *Buei Muertu* (Grado/Grau, Oviedo), que García Arias (2005, p. 395) relaciona com um hipotético **BODUM*, de origem pré-latina, com o significado de ‘charco, poço’ (2005, p. 184). Aceitando que *morto* ocorre nestes últimos topónimos no sentido de ‘parado, estancado’, *Boi* representará, portanto, um antigo hidrónimo. Menos congruência, porém, parece ter *Moura Morta* e *Mouromorto*, se o elemento *mortal/morto* for lido como sinónimo de ‘estagnado’ e se *moural/mouro* remeter para massas rochosas.

Em suma, o atual topónimo não é tão transparente como se pode supor. Com efeito, tem origem obscura, total ou parcialmente, talvez encerrando material lexical arcaico profundamente alterado por processos de reanálise e reinterpretção metafórica e mítica que, a avaliar pela data das atestações, também não são recentes.

3.5. *Magueija* (Lamego)¹⁹

Santiago (aldeia), estrada, rua, igreja de São Tiago – coordenadas: 41.053403, -7.876139

Jhoanio de Magueygia, maiordomis Regis de Magueygia, maiordomo de Magueygia, in villa de Magueyja 1258 (PMH Inq., 1031, 1044 e 1057)²⁰

- 17 Martínez Lema (2010, p. 327) acrescenta a aceção ‘cor parda, escura’, também atribuível ao latim *MAURŪS* ‘habitante da Mauritânia’ (cf. Coromines e Pascual 2012, s. v. *moro*; ver nota 20).
- 18 “A miúdo fenómenos de asociación etimolóxica en virtude dos cales foron reinterpretados polos falantes como derivados doutros lexemas formal e semanticamente máis transparentes, como p.ex. o fitónimo *MŌRA* e o etnónimo *MAURŪS* (> gal. *mouro*, port. *mouro* / *moiro*, cast. *moro*)” (Martínez Lema 2010, p. 329). Refira-se igualmente a hipótese de Benozzo e Alinei (2007), que identificam a raiz com o celtismo **mrvos* ‘morto’, ‘ser sobrenatural’, relativo ao culto dos mortos (agradece-se esta informação adicional aos revisores do presente artigo).
- 19 De facto, o topónimo a selecionar seria *Santiago*, lugar onde fica a igreja paroquial de Magueija e que se situa perto de outra aldeia da freguesia, Magueijinha. Dado que a igreja é identificada com Magueija, optou-se por comentar este topónimo.
- 20 No índice onomástico de Ventura e Matos (2010, p. 270) identifica-se *Magegia* com *Magueija*, mas trata-se de um uso apenas antroponímico: *Martinus Petri Magegia* 1230. Cortesão 1912 s. v. regista *Magueja* (*prestemo de Magueja*) em 1346 (Elucid. Viterbo, vol. I, p 130), atestação que Machado (2003 s. v.) acolhe a par de *Margueija* 1433 (Desc. I, S, p. 485). No Numeramento de 1527 1532 (Galego e Daveau 1986, p. 99), escreve-se *Mageixa*.

Provavelmente, de origem pré-latina. A mesma forma, *Magueija*, é nome de uma ribeira que corre no distrito de Castelo Branco.

Fernandes (1999, pp. 404-405) identifica neste topónimo o elemento *mag-*, segundo ele, uma raiz pré-romana com o significado de ‘elevação, colina, campo’, que define uma extensa série de topónimos em Portugal:²¹ *Magalhã* (Vila Real), *Magalhães* (Aveiro, Beja, Coimbra, Lisboa, Ponte da Barca, Póvoa de Lanhoso, Salvaterra de Magos), *Maganha* (Santo Tirso), *Maganhe* (Vila Nova de Famalicão), *Magarão* (Vila Nova de Gaia), *Magarela* (Almeida), *Magarelas* (Viseu), *Magarelos* (Vila Real), *Magarim* (Resende), *Magoito* (Castro Marim e Sintra), *Magostem*, *Magostim* e *Magustim* (Lamego), *Magueija* (Lamego, Castelo Branco e Leiria), *Magurre* (Fafe) e *Magurro* (Marco de Canaveses). Também obscuras podem ser as terminações dos membros desta série. No caso de *Magueija*, Fernandes interpreta *-eija* como o resultado de *-egia*, que identifica em ANEGIA, hoje *Eja* (Penafiel), e que considera elemento de origem pré-latina. Note-se, porém, que, a respeito de *-eja*, Silveira (1940-1943, pp. 282-286), defendia a hipótese de uma origem germânica, detetável na série formada por *Fareja* (Fafe, Vagos e Castro Daire), *Goge* (Penalva do Castelo) e *Angeja* (Albergaria-a-Velha), topónimos que este autor filiava em antropónimos femininos. Esta proposta encontra apoio em Piel e Kremer (1977, p. 322), que registam entre os segundos formantes de antropónimos germânicos a forma -UIGIA, representada pela forma romance *-egia*;²² no entanto, os referidos autores não mencionam *Magueija* nem incluem este topónimo na entra MAG- (1977, pp. 196-197).

De origem pré-romana ou de origem antroponímica germânica, *Magueija* continua, portanto, a não ter uma explicação satisfatória. Em todo o caso, considerando a eventual relação com os topónimos recolhidos por Fernandes (1999), *Magueija* poderá, pelo menos, integrar-se parcialmente num estrato pré-latino obscuro.

21 Entre parênteses indicam-se os concelhos onde se situam os topónimos mencionados.

22 Se a origem na antroponímia germânica feminina de *Fareja* e *Angeja* ainda encontra algum eco (de forma dubitativa) em Piel e Kremer (1977, pp. 76 e 127), já *Goge*, sem deixar de ter provável raiz germânica, parece encontrar explicação num antropónimo germânico masculino (*Gogius*), que encontra paralelo em *Goxe* na Galiza (A Fonsagrada, Lugo; Nomen. Gal) e nas Astúrias (San Tiso d’Abres; García Arias 2005, p. 475).

3.6. *São Gonçalo* (Santa Marta de Penaguião)

Capela, rua de São Gonçalo (Lobrigos e Sanhoane, Santa Marta de Penaguião – coordenadas: 41.187404, -7.775968

Sem atestações nas fontes consultadas.²³

Hagiotopónimo formado pelo antropónimo *Gonçalo*, de GUNDISALVU-, de origem gótica, formado por *GUNDI- ‘combate’ e por -SALVUS, talvez cognato germânico do latim SALVUS ‘são’ (Piel 1933-1940, Piel e Kremer 1977, p. 167 e Piel 1989, p.140).

O topónimo refere-se a um lugar atualmente sem referências a Santiago. Contudo, este hagiotopónimo documenta a história da devoção a São Gonçalo, que em vários lugares da parte nascente do distrito do Porto e no distrito de Vila Real concorre com Santiago como orago, no contexto das “devoções paralelas” que Cunha e Alves (1991, pp. 54-56) referem. Estas devoções levaram mesmo a alterar a invocação de vários templos, embora haja também casos de reversão a Santiago, como aconteceu com a Póvoa de Lanhoso e com Vila Nova de Cerveira (Cunha 2007, p. 95, n. 20). Porém, não é aqui possível afirmar que o hagiotopónimo em apreço seja resultado de substituição, porque as fontes consultadas não facultam elementos conclusivos.

23 Como hagiotopónimo, *São Gonçalo* é tardio. Cunha e Alves (1991, p. 55) frisam que a fama de São Gonçalo se espalhou sobretudo a partir do século xv. Com efeito, o hagiotopónimo não figura nos índices toponímicos das edições de textos medievais aqui consultadas (PMH; DMP I e Sottomayor-Pizarro 2012-2015), o que, atendendo a que se trata de *corpora* maioritariamente constituídos por textos anteriores ao séc. xv, sugere como muito provável que o hagiónimo só tenha começado a fixar-se na toponímia nos finais da Idade Média. Não admira, portanto, que *São Gonçalo* não seja objeto de comentário no estudo que Joseph-Maria Piel dedicou aos hagiotopónimos peninsulares de tempos pré-feudais (Piel 1950). Mesmo assim, é uma questão que aqui fica em aberto, aguardando nova oportunidade de investigação.

3.7. *Folhadela e Vila Nova de Cima (Folhadela, Vila Real)*²⁴

Igreja de São Tiago – coordenadas: 41.280286, -7.739

Sem atestações medievais nas fontes consultadas, mas *Villa Nova e Folhadela* no Nume-ramento de 1527 (Freire 1909, p. 251)

Vila Nova é um topónimo muito frequente no conjunto da toponímia do território português, como já se assinalou em anterior trabalho (Cardeira, Fernandes e Rocha 2022). A expressão adverbial *de Cima* é também frequente na toponímia para diferenciar pela sua posição relativa dois núcleos habitados com a mesma denominação; com efeito, como seria de esperar, *Vila Nova de Cima* encontra-se a pouca distância de *Vila Nova de Baixo*, lugares que ficam ambos nas imediações de Vila Real. É também o que se verifica, por exemplo, com o caso viseense de *Baltar de Cima*, que tem nas suas proximidades o lugar de *Baltar de Baixo*.

Cabe, no entanto, fazer um comentário a *Folhadela*, nome da sede da freguesia que abrange Vila Nova de Cima e tem uma igreja dedicada a Sant'Iago. Vasconcelos (1931, p. 423) regista *Filhadela*, como topónimo e léxico comum de Trás-os-Montes com o significado de 'tomadia de terras do concelho, maninhas ou incultas'. Contudo, o Numeramento de 1527 regista *Folhadela*, e não *Filhadela*. O RTP e a CPM 1/25 000 assinalam igualmente a forma *Folhada* em diferentes pontos do continente e nas ilhas.

A afinidade formal e semântica com afolhamento leva a pensar que *Folhada* e *Folhadela* são topónimos delexicais, resultado da conversão de *folhada*, no sentido de 'terra que é dividida em partes, de modo a, lavrarem-se umas e outras ficarem em repouso'. A toponímia galega poderá talvez reforçar esta interpretação, atendendo a que Ares Vázquez (2011-2013, p. 358) regista, em relação ao concelho de Melide (A Corunha), o topónimo *Folladela*, nome de paróquia, que se pode relacionar com *follado*, com o significado de 'setor de cultivos em rotação'.

24 Cunha e Alves (1992, p. 28) registam *Vila Nova de Cima* como nome de uma etapa no troço entre a Régua e Vila Real. No entanto, é em Folhadela que se situa a igreja cujo orago é Santiago. O comentário é, portanto, dedicado aos dois topónimos.

3.8. *Oura* (Chaves)

Igreja de Santiago – coordenadas: 41.616683, -7.565904

A aldeya que chamam Vidagoo e Villa Verde e Sseulhariz e Oyra 1290 (Sottomayor-Pizarro 2015, p. 219);²⁵ *villa de Oura, Ouyra, Oyra* (PMH Inq., 1363, 1365, 1367).

Segundo Silveira (1937, p. 131), que assinala a variante *Oira*, o topónimo tem origem no adjetivo latim AUREA ‘de ouro’, usado como antropónimo feminino, para posteriormente assumir as formas *Auria* e *Oria*.²⁶ Piel (1947, p. 181) aceita esta proposta ao relacionar o nome latino-cristão AUREA com o topónimo em apreço. Na Galiza regista-se a forma *Oira*, em Cudeiro (Ourense), atestado no século XIII como *Villa Aurea* (Ares Vázquez 2011-2013, p. 616).²⁷ Este caso reforça, portanto, a hipótese de o *Oura* flaviense ter origem numa expressão descritiva (‘vila de ouro’, em referência à cor ou em relação à presença de minério) ou, numa construção possessiva, de datação mais recuada na história da língua latina, provavelmente subentendendo o nome VILLA e associando-lhe o nome de uma possadora (AUREA), caso raro, ou, o que é mais corrente, o de um possessor (nesse caso, AURIUS), à semelhança de VILLA AEMILIA (Piel 1947, p. 147)²⁸ ou dos exemplos de feminização (feminino predial) estudados por Riesco Chueca (2018, pp. 886-887).

Cabe ainda assinalar que não longe de *Oura*, também no concelho de Vila Pouca de Aguiar, se localiza *Valoura*, nome que se atesta desde 1220 como *Valoyra* (PMH Inq., 45 e 127, *apud* Machado 2003). Tal como no caso galego, é possível que tanto *Oura* como *Valoura* exibam o resultado de AUREA, no sentido relacional ‘de ouro’, talvez em alusão às minas que existiram na região de Vila Pouca de Aguiar, nomeadamente em Vreia de Jales e Tresminas, onde permanecem as ruínas de um complexo mineiro romano (Costa 1929-1949 *s.v.* *Vreia de Jales e Tresminas*; ver também Dionísio 1995, pp. 344-350). Uma última

25 No Numeramento de 1527 (Freire 1909, p. 270), registam-se as formas *Oyra* e *Vila Verde dOyra*, incluídas no conjunto de aldeias do termo de Chaves (ver também Palavras 2005, p. 206).

26 Silveira (1937, p. 131) observa ainda que *Aurea* e a forma *Auro*, também originária do adjetivo relacional de AURUM ‘ouro’ e usada como antropónimo feminino, “são pelo sentido, simples paralelos latinos dos nomes próprios gregos *Chryse, Chrysea, Chrysis, Chryside* e outros”.

27 Ares Vázquez (2011-2013, pp. 818 e 1360) cita S. Jiménez Gómez (1987).

28 Machado (2003) retoma a hipótese, mas relaciona apenas com AUREA, como item do léxico comum. A GEPB regista o topónimo, mas não comenta a sua origem.

hipótese, difícil de comprovar, é *Oura* e possivelmente *Valoura* encerrarem a raiz protoindo-europeia **ur-* ‘água’ (Bascuas 2002 e 2006; ver também García Arias 2005, pp. 113-114).

Acresce que *Oura* também faz parte do potamónimo *ribeira de Oura*, denominação de um afluente da margem esquerda do rio Tâmega (RTP e CMP 1/25 000). Conforme Machado (2003 *s.v. Oira*) assinala, mas sem comentário etimológico, a forma *Oura* aparece ainda no extremo sul, no concelho de Albufeira. A respeito deste topónimo algarvio, outras fontes aqui consultadas também nada documentam ou esclarecem.

Em suma, dada a ambiguidade de AUREUS/AUREA, interpretável quer como adjetivo relacional (‘de ouro’) quer como antropónimo, bem como a eventual paronímia com a raiz **ur*, *Oura* pode remontar ao período romance, à romanização ou ser-lhe mesmo anterior. O contexto próximo de mineração romana parece, todavia, favorecer a primeira hipótese, isto é, de se tratar de um adjetivo relacional.

3.9. *Redial* (Vilela do Tâmega)

Capela, rua de Santiago – coordenadas: 41.676924, -7.527596

Sem atestações medievais. No Numeramento de 1527 (Freire 1909, p. 270; Palavras 2005, p. 206), a menção da forma *Redall* parece coincidir com o topónimo em causa.

É topónimo de origem obscura, embora *Redial* possa ter interpretação delexical, como toponimização do nome comum *redeal*, ‘conjunto de varas de videira, carregadas de uvas’ (Machado 2003; ver também Figueiredo 1913). Na GEPB, no entanto, no artigo dedicado a Vilela do Tâmega, menciona-se o topónimo pela forma *Rodial* (que ocorre também na variante *Rodeal* e com artigo definido, “o Rodial”) e aventam-se a hipótese de esta referir “uma ‘roda’ de muro castrejo em eminência vizinha”. Cunha e Alves (1991, p. 72) confirmam a variante com duas grafias: *Rodial* e *Rodeal*. A forma *Redall*, que ocorre no Numeramento de 1527 (Freire 1909, p. 270), é suscetível de pôr em causa as anteriores hipóteses, pois a sua configuração permite associações adicionais, por exemplo, com o topónimo *Cabeço do Arredal* ou *Cabeço Arredal* (Leiria; RTP e CPM 1/25 000) e com *Vereda do Arredal* (concelho de Santa Cruz, Madeira). Nas fontes consultadas, a escassez de registos e comentários fazem com que a etimologia e

a motivação deste topónimo sejam obscuras, apesar de uma configuração que poderia pensar-se transparente.

3. 10. *Vilarelho da Raia* (Chaves)

Capela de Santiago – coordenadas: 41.843068, -7.451882

Sem atestações medievais nas fontes consultadas. *Vilarelho* 1527 (Freire 1909, p. 270).²⁹

Topónimo formado por unidades do léxico comum galego-português.

Trata-se de composto constituído por um diminutivo —*Vilarelho*— e um modificador relacional —*da Raia*. A forma *Vilarelho* (Vasconcelos 1931, p. 288) apresenta o sufixo *-elho*, de sentido depreciativo, que evolui do latim *-ICŪLU* ou *-ILŪ* (DHLP). *Raia* é nome comum (‘linha, limite, fronteira’) e nome próprio que se fixou em referência à fronteira luso-galega, em especial na fronteira de Chaves, como comprovam os casos de Soutelinho da Raia, Vila Verde da Raia, Vilarinho da Raia.

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santiago é topónimo frequente em Portugal, fazendo parte do santoral que tem expressão toponímica.

Quanto aos topónimos correspondentes às etapas do CPIS que se identificam em Fernandes (2018) e Cunha e Alves (1991-1992), correspondem eles, no seu conjunto, ao perfil toponomástico do norte de Portugal, o qual se estende ao vale do Mondego e ao Sistema Central. Com efeito, está ausente o estrato arábico, bem mais presente nas regiões a sul dos referidos limites geográficos.³⁰ Os nomes estudados distribuem-se, portanto, do seguinte modo (em cada série, ordenados de sul para norte):

29 Machado (2003) regista *Villarelho* 1014 (PMH Dipl., 138) e *Uillarelho* 1059 (PMH Dipl., 262 e 283), formas que dizem respeito a um lugar que hoje também se regista como *Vilarelhe*, na União de Freguesias de Agrela e Serafão, no concelho de Fafe e no distrito de Braga.

30 Embora nos casos apresentados esteja ausente o elemento arábico, este tem exemplos destacados quer na região da Beira Alta —ex. *Lafões* (Oliveira de Frades, Vouzela e São do Pedro do Sul)— quer em Vila Real (ex. *Mafômedes*, Santa Marta de Penaguião).

Estratos pré-latinos: *Viseu*.

Estrato latino-romance (incluindo todas as fases do português e a antroponímia germânica): a) *Vila Meã, Folhadela, Vila Nova de Cima, Oura* (?), *Redial* (?), *Vilarelho da Raia*; b) *Baltar, São Gonçalo*.

Etimologia obscura (homofonia, erosão, interferências): *Magueija* (?), *Moura Morta*.

Quanto às categorias ontológicas destes nomes, afigura-se difícil associá-los a uma categoria concreta. É certo que quatro deles se referem à presença e atividade humanas, desde núcleos de habitação (*Vila Meã, Vila Nova de Cima, Vilarelho da Raia*) a espaços de culto ou devoção (*São Gonçalo*), passando eventualmente por outro tipo de intervenção humana (agrícola), como parecem ilustrar os topónimos *Folhadela* e *Redial*, e à identificação predial pelo nome do possessor (*Baltar*). Contudo, fogem a estas classes os casos de *Moura Morta*, de motivação obscura, o de *Oura*, historicamente ambíguo pelas hipóteses de cruzamentos devidos à homofonia, e até o de *Magueija*, que pode já ter sido mais transparente. Estes nomes são bem exemplos de como a transmissão dos topónimos, sujeitos a processos de usura fonética e semântica, leva a profundas reconfigurações do topónimo original, se não mesmo à sua substituição por formas novas ou só remotamente relacionadas.

Apesar disso, de estratos bastante antigos, subsistem testemunhos opacos, mas mais diretos, cuja transmissão milenar ocorreu com menores distorções do que se poderia esperar, como o caso de *Viseu*, um topónimo hoje menos enigmático do que até há duas décadas. Para a relativa conservação do nome *Viseu* contribuiu com certeza a projeção administrativa que a concentração urbana com este nome teve desde a Antiguidade até hoje na organização política do território.

Do ponto de vista metodológico, uma outra conclusão importa salientar: a de que a toponímia de Portugal é solidária das regiões vizinhas e, portanto, justifica-se que a abordagem se faça muitas vezes tendo em conta a toponímia galega, leonesa ou asturiana no que ao norte e centro-norte de Portugal diz respeito. Os comentários feitos a *Vila Meã, Baltar, Moura Morta* e *Oura*, e mesmo os de *Viseu* e *Magueija*, mostram que muita da toponímia do ângulo noroeste peninsular releva de uma história que se pode considerar comum até aos séculos XII e XIII. Semelhante conclusão caberá tirar quanto ao ângulo sudoeste, pelo menos, quanto à sua herança andalusi. Tudo isto pode até contribuir para desvendar a

originalidade da toponímia de Portugal continental e insular, a qual emerge com a expansão do reino que deu origem ao atual Estado português.

Por fim, observe-se que este e outros trabalhos sobre a toponomástica de Portugal procuram dar contributos válidos a outros tipos de estudo, como sejam os da área do turismo e do património. É que, sem pôr em causa o interesse de lendas e narrativas populares que procuram explicar cada topónimo, estas figuram frequentemente em páginas da Internet como pretensas explicações toponímicas. É preciso insistir que tais explicações, que têm interesse etnográfico, não podem ser confundidas com o estudo etimológico dos nomes de lugar de acordo com critérios linguísticos, históricos, geográficos e antropológicos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ares Vázquez, Nicandro (2011-2013). *Estudos de Toponimia Galega*. 2 vols. A Corunha: Real Academia Galega. Vol. I: <https://doi.org/10.32766/rag.245> Vol. II: <https://doi.org/10.32766/rag.261>
- Bascuas, E. (2002). *Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela.
- Bascuas, E. (2006). *Hidronimia y léxico de origen paleoeuropeo en Galicia*. A Corunha: Edición do Castro.
- Beis Silva, Sandra (2021). De *Iacob* a *Santiago*. O Camiño dun nome. *Santiago* na onomástica peninsular. Em: Ana I. Boullón Agrelo e Luz Méndez, eds. *Estudos de Onomástica Galega VI. A onomástica e o Camiño de Santiago*. Santiago de Compostela: Real Academia Galega. <https://doi.org/10.32766/rag.384>
- Benozzo, Francesco e Alinei, Mario (2007). “A área galega na prehistoria lingüística e cultural de Europa”. *A Trabe de ouro* 71, 13-39.
- Boullón Agrelo, Ana Isabel (1999). *Antroponimia medieval galega (ss. VIII-XII)*. Tübingen; Max Niemeyer Verlag.
- Búa, Carlos (2018). *Toponimia prelatina de Galicia*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

- Cardeira, Esperança, Fernandes, Alice e Rocha, Carlos (2022). *Villa e seus derivados na toponímia portuguesa. XXXe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. 4 - 9 juillet 2022, Universidad de la Laguna.* (aguarda publicação).
- CIGeoE-SIG = Visualizador de Informação Geográfica do Instituto Geográfico do Exército. Disponível em <http://www.igeoe.pt/igeoesig/>
- CMP 1/25 000 = *Carta Militar de Portugal – Série M888, escala 1/25 000.* Lisboa: Instituto Geográfico do Exército
- Coromines, Joan e Pascual, José Antonio (2012). *Diccionario Crítico etimológico castellano e hispánico.* Madrid: Editorial Gredos.
- Costa, Américo (1929-1949). *Diccionário chorográfico de Portugal continental e insular: hydrográfico, histórico, orográfico, biográfico, archeológico, heráldico, etimológico.* Porto: Tipografia Domingos Oliveira.
- Cunha, Arlindo Magalhães Ribeiro da (2007). Marcas da devoção e da peregrinação jacobinas em Portugal. Em: *O Camiño Portugués. Actas do Congreso. O Camiño de Santiago para o século XXI.* Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 75-95.
- Cunha, Arlindo Magalhães Ribeiro da (2011). A devoção e a peregrinação jacobinas em Portugal. *Ad Limina.* 2 (2), 85-114.
- Cunha, Arlindo Magalhães Ribeiro da (2019). Viseu > Vila real > Chaves. Da devoção ao turismo: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. Em: Xerardo Pereiro, coord. *Turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS).* Tenerife: PASOS, RTPC, 5-35. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita25.pdf>
- Cunha, Arlindo Magalhães Ribeiro da e Alves, Maria Manuela Neves (1991-1992). Caminhos transmontanos de peregrinação a Compostela. *Brigantia.* 11, 49-79; 12, 27-53.
- David, Pierre (1947). *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du Vie au XIIe Siècle.* Coimbra: Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos da faculdade de Letras de Coimbra/Instituto Francês em Portugal.
- Desc. I, S = Marques, João Martins da Silva (1944). *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história.* Vol. I. (1147-1460) e *Suplemento* ao vol. I. (1057-1460). Lisboa: Edição do Instituto Para a Alta Cultura.

- DHLP 2001 = Houaiss, Antônio, Villar, Mauro de Salles e Franco, Francisco Manoel de Mello (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss.
- Dionísio, Sant'Anna, coord. (1995). *Guia de Portugal. Trás-os-Montes e Alto-Douro. I – Vila Real, Chaves e Barroso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DMP I = Azevedo, Rui e Almeida, L. F. (eds.) 1958-1962. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios. 1, Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Vol. 1. 2 tomos, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Elucid. Viterbo = Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1993). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 vols. Porto: Livraria Civilização.
- Fernandes, Armando Almeida (1999). *Toponímia Portuguesa. Exame a um Dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquesa.
- Fernandes, Luís da S.; Carvalho, Pedro S. de e Figueira, Nádia (2009). Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. Em: F. Beltrán, J. d'Encarnação, A. Guerra, C. Jordán e B. Díaz Ariño, eds. *Acta Palaeohispanica X. Actas do X Colóquio sobre línguas e culturas paleo-hispânicas* (Lisboa, 26-28 de Fevereiro de 2009) [= *Palaeohispanica* 9]. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 143-155. Disponível em https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/54/_ebook.pdf
- Fernandes, Paulo Almeida (2014). *Caminhos de Santiago*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Turismo de Portugal IP.
- Fernandes, Paulo Almeida (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.
- Figueiredo, Cândido de (1913). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Freire, Anselmo de Braamcamp (1909). Povoação de Trás-os-Montes no séc. XVI. *Arquivo Histórico Português*. VII, 240-290.
- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne (1986). *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- García Arias, Xose Lluís (2005). *Toponímia asturiana. El porqué de los nombres de nuestros pueblos*. Oviedo: La Nueva España.
- GEPB (1936-1960) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

- Gonçalves, Francisco da Luz Rebelo (1947). *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*. Coimbra: Atlântida Livraria Editora.
- Hesperia = Universidad Complutense de Madrid (2005). *Hesperia. Banco de Datos de Lenguas Paleohispanicas* [web]. Disponível em <http://hesperia.ucm.es/en/index.php>
- Jiménez Gómez, Santiago (1987). O “Memorial de Aniversarios” da Catedral de Lugo como fonte para o estudo da sociedade medieval. En: *Jubilatio: homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D. Manuel Lucas Alvarez y D. Angel Rodríguez González*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, vol. 1, 161-227.
- Lopes, Paulo Catarino (2020). Uma definição identitária para os caminhos portugueses tardo-medievais de Santiago de Compostela? Dois casos que convidam à reflexão crítica. *Ad Limina*. 11, 61-84.
- Macedo, F. Pato de (2004). Isabel de Aragão, Rainha de Portugal, peregrina de Santiago. Em: Xosé Carlos Valle Pérez, coord. *III Memorial Filgueira Valverde. Santiago y Peregrinación*. Pontevedra: Publicación da Cátedra Filgueira, 9-43.
- Machado, J. P. (2003). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, José (1992). O culto de S. Tiago no Norte de Portugal. *Lusitania Sacra*. 2 (4), 99-148.
- Marques, José (2006). Os santos dos caminhos portugueses. *Revista da Faculdade de Letras – História*. III (7), 243-262.
- Martínez Lema, Paulo (2010). *A toponímia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Meira, João Pedro Candeias Gomes Maciel (2016). *O lugar e a Quinta de Vila Meã, do território ao edificado. Ideias para uma intervenção*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura Faculdade de Arquitectura. Universidade do Porto.
- Moreno, Humberto Baquero (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras: História*. II (3), 77-90.
- Moreno, Humberto Baquero (2001). Santa Isabel, Rainha de Portugal peregrina a Santiago de Compostela. Em: Humberto Baquero Moreno, coord.

- Portugal na memória dos peregrinos. Actas das Jornadas sobre o Caminho de Santiago* (Porto, 29-30 Novembro 2001). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 17-26.
- Nomen. Gal. = Xunta de Galicia. *Nomenclátor de Galicia* [web]. Disponível em <https://www.xunta.gal/nomenclator>
- NOTVS = Silva, Luís Fraga da e Fernandes, Maria Alice (2002). *NOTVS. Exploração do Corpus Territorial do Sul* [Computer Software]. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Palavras, Armando (2005). Trás-os-Montes no Limiar do Mundo Moderno (Numeramento de 1527-1532). *Estudos Transmontanos e Duriense*. 12, 175-228.
- Piel, Joseph-Maria (1933-1944). Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. *Boletim de Filologia*. 2 (1933-1934), 105-140, 224-240 e 289-314; 3 (1934-1935), 37-53, 218-242 e 367-394; 4 (1936), 24-56 e 307-322; 5 (1938), 35-57 e 277-288; 6 (1940), 65-86 e 329-350; 7 (1944), 357-386.
- Piel, Joseph-Maria (1937-1945). *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Piel, Joseph-Maria (1947). Nomes de possesores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa. *Biblos*. XXIII, 143-202 e 283-407.
- Piel, Joseph-Maria (1950). Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular. *Biblos*. XXV, 287-314.
- Piel, Joseph-Maria (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- Piel, Joseph-Maria e Kremer, Dieter (1977). *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*. Heidelberg: Carl Winter.
- Pinho Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de (1874). *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*. Vol II. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira.
- PMH Inq. = Herculano, Alexandre (1856-1917). *Portugaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. Olisipone: Typis Academicis.

- Reis, António Matos (2007). *História dos Municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Riesco Chueca, Pascual (2018). *Toponimia de la Provincia de Zamora. Panorámica Documental Comparativa y Descriptiva*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.
- RTP = Serviço Cartográfico do Exército (1967). *Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente*. Ministério do Exército.
- Sampaio, Alberto (1979). *Estudos Históricos e Económicos. “As Vilas do Norte de Portugal”*. Lisboa: Editorial Veja.
- Seco, M., ed. (2008). *Léxico Hispánico Primitivo (siglos VIII A XII)*, Madrid: Espasa-Calpe.
- Silveira, J. (1913-1943). Toponímia Portuguesa. *Revista Lusitana*. XVI (1913, esboços), 147-158; XVII (1914, esboços), 114-134; XXIV (1922, continuação), 189-226; XXXIII (1935, continuação), 223-268; XXXV (1937, esboços), 50-139; XXXVIII (1940-1943, continuação), 269-302.
- Silveira, J. (1940). Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas. *O Instituto*. 97, 268-281 e 382-421.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto (2012-2015). *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones, Volume IV. Tomos 1 e 2 – Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Vasconcelos, José Leite de (1926). *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Vasconcelos, José Leite de (1931). *Opúsculos*. Vol. III. *Onomatologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vaz, João Luís Inês (2011). 255. Distrito de Viseu. Concelho de Viseu. *Hispania Epigraphica*. 17, 148-149.
- Ventura, Leontina e Matos, João da Cunha (2010). *Diplomatário da Sé de Viseu*. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais – IEM/Centro de História da Sociedade e da Cultura – CHSC/Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC.